



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0005/AM/09, de 26-11-2009

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, José Rodrigues da Silva, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Sandra da Silva Palhais, João Manuel Vieira Cordeiro, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Gabriela da Silva Santos, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murinho, Sandra Isabel dos Santos Ferreira, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Armindo Lopes Carolino, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Humberto Margarido Lopes, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, Manuel Jesus Ferreira Escalhorda, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Maria José Rodrigues Marques, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1. Eleição dos Membros para a Assembleia Intermunicipal do Pinhal Litoral;**
- Ponto 2. Eleição do representante da Assembleia no Conselho Geral do Centro Hospitalar de Coimbra, Hospital da Figueira da Foz e Hospital Distrital de Pombal;**
- Ponto 3. Eleição de um membro da Assembleia para integrar a Comissão Concelhia prevista na alínea c) do n.º 1 do Art.º 7.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março;**
- Ponto 4. Eleição do representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital de Leiria;**
- Ponto 5. Eleição do Representante dos Presidentes de Junta na Associação Nacional de Municípios Portugueses;**
- Ponto 6. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;**
- Ponto 7. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal;**
- Ponto 8. Eleição do Representante dos Presidentes de Junta no Conselho Municipal de Educação;**
- Ponto 9. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Seguro de Eleitos Locais – Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, alterada e republicada pela Lei n.º 52-A/2005;**

- Ponto 10. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Medidas Preventivas para a Área Geográfica Abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso, nas Freguesias de Guia e Carriço – Alteração;**
- Ponto 11. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2009;**
- Ponto 12. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2010;**
- Ponto 13. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2010;**
- Ponto 14. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Reestruturação do Sector Empresarial Local;**
- Ponto 15. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Rectificação ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009.**

O **Senhor Presidente da Assembleia** declarou instalados os membros Teresa Maria Rodrigues Guapo e Manuel Simões Rodrigues Marques, os quais não estiveram presentes aquando da Instalação da Assembleia Municipal, por motivos profissionais, conforme pedido de justificação entregue na altura.

De seguida, informou que os Presidentes das Juntas de Freguesia de Almagreira, de Pombal e de Vila Cã se fizeram substituir, de acordo com a legislação e regimento em vigor, pelos seguintes membros das Juntas:

- Almagreira - Humberto Margarido Lopes;
- Pombal – Manuel Jesus Ferreira Escalhorda; e,
- Vila Cã – Maria José Rodrigues Marques.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.ª Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.ª Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão e Dr. Carlos Lopes.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – Gabriela da Silva Santos, que apresentou justificação para a sua falta.

O **Senhor Presidente da Assembleia** usou da palavra para dizer o seguinte:

“Esta é a nossa 1.ª reunião.

Esta reunião é extraordinária porque há necessidades que se prendem com a aprovação das taxas do IMI as quais têm que ser comunicadas à Direcção Geral dos Impostos até ao final do corrente mês.”

Ponto 1. - Eleição dos Membros para a Assembleia Intermunicipal do Pinhal Litoral.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro **Rodrigues Marques** que apresentou o seguinte protesto:

“Os Presidentes de Junta que não podem, por Lei, votar neste ponto, ir-se-ão ausentar da sala como protesto.”

O Senhor Presidente da Assembleia disse registar o protesto.

De seguida informou ter em seu poder uma lista de consenso, constituída por sete Membros que irão integrar a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, organizada da seguinte forma:

1. José Alves Grilo Gonçalves
2. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo
3. Sandra Isabel Santos Ferreira
4. Pedro Filipe da Silva Murtinho
5. José Rodrigues da Silva
6. Fernando Daniel Lopes Carolino
7. Catarina Pascoal da Silva

De seguida, passou-se à votação, por escrutínio secreto.

Terminada a votação, o Senhor Presidente da Assembleia chamou, para proceder à contagem dos votos, as Deputadas Edite Pascoal e Fernanda Guardado.

Apurados os resultados, constatou-se haver 26 votos a favor da lista apresentada, pelo que a mesma foi aprovada, por unanimidade.

Mais foi deliberado por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2. Eleição do representante da Assembleia no Conselho Geral do Centro Hospitalar de Coimbra, Hospital da Figueira da Foz e Hospital Distrital de Pombal.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que deu entrada na Mesa uma única proposta da Bancada do PSD em que propõe a eleição do Senhor Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo para o Conselho Geral do Centro Hospitalar de Coimbra, do Senhor Fernando Silva para o Conselho Geral do Hospital da Figueira da Foz e do Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves para o Conselho Geral do Hospital de Pombal.

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou então para procederem ao escrutínio dos votos, as Deputadas Edite Pascoal e Fernanda Guardado.

Procedeu-se de seguida à contagem dos votos, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor e nove votos em branco.

Ponto 3. Eleição de um membro da Assembleia para integrar a Comissão Concelhia prevista na alínea c) do n.º 1 do Art.º 7.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março.

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia disse que lhe foi entregue apenas uma proposta, pela Bancada do PPD/PSD, em que signatários apresentam como candidato à Comissão Municipal em epígrafe, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ilha, Senhor Carlos Manuel Rodrigues Domingues.

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou então para procederem ao escrutínio dos votos, as Deputadas Edite Pascoal e Fernanda Guardado.

Terminada a contagem dos votos, verificou-se que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ilha, Senhor Carlos Manuel Rodrigues Domingues, foi eleito para integrar a

Comissão Concelhia prevista na alínea c) do n.º 1 do Art.º 7.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março, com trinta e três votos a favor e dez votos em branco.

Ponto 4. Eleição do representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital de Leiria.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa uma única proposta, da Bancada do PSD, em que é proposta a eleição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abiul, Senhor António Carrasqueira, para representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital de Leiria.

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou para procederem ao escrutínio dos votos, o as Deputadas Edite Pascoal e Fernanda Guardado.

Terminada a contagem dos votos, verificou-se que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abiul, Senhor António Fernandes Carrasqueira, foi eleito por maioria, para representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital de Leiria, com trinta e quatro votos a favor e nove votos em branco.

Ponto 5. Eleição do Representante dos Presidentes de Junta na Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa uma única proposta, da Bancada do PSD, em que é proposta a eleição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Litém, Senhor Dr. Guilherme Manuel Gameiro Domingues, para representante das Juntas de Freguesia na Associação Nacional de Municípios Portugueses.

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou para procederem ao escrutínio dos votos, o as Deputadas Edite Pascoal e Fernanda Guardado.

Terminada a contagem dos votos, verificou-se que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Litém, Senhor Dr. Guilherme Manuel Gameiro Domingues, foi eleito por maioria, para representante das Juntas de Freguesia na Associação Nacional de Municípios Portugueses, com trinta e quatro votos a favor e nove votos em branco.

Ponto 6. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia disse que lhe foi entregue apenas uma proposta, pela Bancada do PPD/PSD, em que signatários apresentam como candidato para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios o Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze, Senhor Eng.º Manuel Simões Rodrigues Marques.

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou para procederem ao escrutínio dos votos, o as Deputadas Edite Pascoal e Fernanda Guardado.

Terminada a contagem dos votos, verificou-se que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze, Senhor Eng.º Manuel Simões Rodrigues Marques, foi eleito como representante dos Senhores Presidentes de Junta na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, com trinta e quatro votos a favor e nove votos em branco.

Ponto 7. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a nomeação de um autarca de freguesia para o Concelho Cinegético, tendo sido indicado pela Bancada do PSD o Senhor Presidente da Junta do Carriço, Leovigildo Marques da Silva Fernandes.

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou para procederem ao escrutínio dos votos, o as Deputadas Edite Pascoal e Fernanda Guardado.

Terminada a contagem dos votos, verificou-se que o Senhor Leovigildo Marques da Silva Fernandes foi eleito para integrar o Conselho Cinegético Municipal, com trinta e quatro votos a favor e nove votos em branco.

Ponto 8. Eleição do Representante dos Presidentes de Junta no Conselho Municipal de Educação.

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia disse que lhe foi entregue apenas uma proposta, pela Bancada do PPD/PSD, em que signatários apresentam como candidato ao Conselho Municipal de Educação o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dr. Manuel António Rodrigues dos Santos como representante dos Presidentes de Junta no Conselho Municipal de Educação.

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou para procederem ao escrutínio dos votos, o as Deputadas Edite Pascoal e Fernanda Guardado.

Terminada a contagem dos votos, verificou-se que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dr. Manuel António Rodrigues dos Santos, foi eleito como representante dos Senhores Presidentes de Junta no Conselho Municipal de Educação, com trinta e quatro votos a favor e nove votos em branco.

Ponto 9. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Seguro de Eleitos Locais – Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, alterada e republicada pela Lei n.º 52-A/2005.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que informou que esta proposta tem como finalidade o cumprimento da Lei relativamente à importância mínima obrigatória para o Seguro dos Eleitos Locais.

Disse que a Câmara abriu concurso e chegou à conclusão que, com a actualização, a diferença de custo é mínima em relação à apólice global integrada na Associação Nacional de Municípios para todos os autarcas do País.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aderir às condições constantes da proposta da Seguradora Fidelidade Mundial – 2.ª alternativa.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 10. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Medidas Preventivas para a Área Geográfica Abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso, nas Freguesias de Guia e Carriço – Alteração.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que disse que esta alteração procura salvaguardar a riqueza dos aquíferos de água potável que existem na Mata do Urso e que, de acordo com o parecer da CCDR urge manter protegidos de tudo o que é susceptível de os prejudicar.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito os seguintes Membros:

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

‘‘A Assembleia Municipal já tinha aprovado um conjunto de Medidas Preventivas relativamente à preservação do aquífero da Mata do Urso, medidas essas importantes para garantia deste património inestimável que é aquele caudal de água.

Neste momento, estas medidas preventivas vêm alargar o âmbito das anteriormente aprovadas, nomeadamente para a preservação, em termos ambientais, de uma possível contaminação por terceiros.

Gostava de fazer aqui uma declaração muito importante.

A meu ver, em termos daquilo que são os objectivos da Câmara Municipal de Pombal, o Executivo tem por obrigação, de alguma forma, garantir aos seus concidadãos, no futuro, um abastecimento de água condigno e virado para os próximos decénios.

Neste País há, claramente, uma tentativa monopolista do património que a todos nós diz respeito e que é a água e, quando digo monopolista, não quero dizer que o estado não tem o direito de intervir e ser ele, de alguma forma, o curador da boa utilização de um património hidrológico que nos pertence.

Contudo, prevê-se no horizonte, por palavras que vêm à comunicação social por intenções várias de muito do nosso património público uma alienação e entrega a interesses privados. Pior, quando uma empresa pública, monopolista já neste momento, entrega esse monopólio a terceiros privados, cujo objectivo é, naturalmente, o lucro, independentemente de nós sabermos se poderão garantir a qualidade desse bem público.

Eu chamo bem público, porque entendo que a Câmara Municipal fez muito bem em não aderir às Águas de Portugal. Nós numa das últimas Assembleia Municipais questionámos a entidade que, de alguma forma, regula esta utilização da água, sobre o que se estava a passar com perfurações que estavam a ser feitas à revelia da Câmara Municipal de Pombal, na Mata do Urso, pelas Águas do Mondego, e tudo isto é extremamente preocupante.

É preocupante porque nós estamos a ver, na cabeça de algumas pessoas deste País, a premissa de entregar um bem como a água a interesses privados e isso deve ser condenado, recusado e, se outros não o fazem, a Câmara Municipal de Pombal fez muito bem em enveredar por este caminho, que tem, tanto quanto eu sei, como objectivo, a utilização desse bem em termos futuros, de captação, exploração e distribuição aos municípios do nosso Concelho.

São bem vindos os outros Concelhos que, mais tarde ou mais cedo, queiram comprar a água ao Município de Pombal, mais barata, de melhor qualidade, e não sujeita a interesses privados como, mais tarde ou mais cedo, irá acontecer com as Águas de Portugal.

A alienação desse património é, com certeza, algo que nós repudiamos e recusamos.

Fez muito bem a Câmara Municipal e as minhas palavras são para, de alguma forma, louvar a atitude de elaboração destas Medidas Preventivas mais alargadas para que nós possamos, no futuro, ter garantido um bem tão precioso como a água.

A Água será, com certeza, nos anos vindouros, um bem mais precioso do que os combustíveis que agora gastamos e que, brevemente, estarão a ser substituídos por outros, não só menos poluentes,

mas menos dependentes de países que, infelizmente, primam pela instabilidade política e religiosa e que nos tornam sempre dependentes de uma especulação elevada e de combates que ultrapassam, claramente, os meros interesses económicos e concorrência mundial, mas também a política e religiosa.

Queria apenas tecer estas breves considerações porque este é um problema da máxima importância para o futuro das gerações do Concelho de Pombal, já não será tão importante para nós, mas para os nossos filhos e os nossos netos, com certeza que esta questão é extremamente importante.

À Câmara Municipal, eu quero apresentar os meus parabéns por ter tomado estas iniciativas e por estar a desenhar aquilo que me parece ser, naturalmente, um investimento grande nesta utilização deste bem importantíssimo para o Concelho de Pombal.’’

Leovigildo Fernandes, que usou da palavra para dizer o seguinte:

‘‘Depois da intervenção do Senhor Dr. João Coucelo, vou encurtar muito a minha intervenção.

Começo por dizer que a Freguesia do Carriço congratula-se por poder colaborar neste projecto gratificante que é o de poder participar no fornecimento de água ao Concelho de Pombal.

Congratulo-me também com a postura do Executivo anterior, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pelo prestimoso trabalho e pela preocupação que tiveram em preservar o aquífero localizado na área da Freguesia do Carriço.

Fico triste com as Entidades Oficiais que não têm tido, até à presente data, um cuidado em respeitar as directivas de preservação do espaço devidamente aprovado pela Assembleia, nomeadamente no que concerne à utilização abusiva, por parte de grandes grupos monopolistas que, à revelia da Lei, têm ultrapassado tudo e todos, independentemente de haver pareceres negativos quanto à permissão de sondagens de água, abusaram significativamente nessas pesquisas. Refiro-me à Mata do Urso, à área privada da floresta da ares da Freguesia do Carriço onde, por ironia do destino, uma das prospecções coincide perfeitamente num dos furos que está devidamente sinalizado e identificado pela Câmara Municipal e onde pretende construir um furo de captação de água.

Entendo que num País Democrata isto não deve acontecer. Entendo que os Organismos devem ser respeitados. Entendo que o grande poder económico não se deve sobrepôr ao interesse social do cidadão comum e extravasar as directivas de quem tem a tutela de gerir os Concelhos.

É isto que me deixa triste, é isto que, no Século XXI, não deve acontecer e é por esse motivo que, mais uma vez, me congratulo com a posição do Município e estarei sempre ao lado de quem por interesse, puro e simples, de ajudar a população do seu Concelho, lute até à exaustão, e estarei sempre contra quem utiliza o seu poder para ultrapassar tudo e todos apenas pelo lucro fácil.

João Coelho, que fez a intervenção seguinte:

‘‘Não estava prevista a minha intervenção mas depois de ouvir o Dr. João Coucelo, sinto-me obrigado a prestar um esclarecimento, não só à Assembleia, mas também aos pombalenses e à população portuguesa, que tem que se confrontar com uma inevitabilidade, o preço da água vai aumentar.

A água é um bem tem cada vez mais inestimável e por esse motivo o seu valor terá obrigatoriamente que aumentar, mas também por outro problema com que as Câmaras Municipais e as próprias empresas de tratamento e abastecimento de água se vêm confrontadas, neste momento, quer é o financiamento da rede para obras futuras.

A rede de abastecimento e de tratamento de água tem uma duração na sua vida útil, os equipamentos têm o seu desgaste normal e, portanto, temos que nos confrontar com a necessidade de financiar as obras que têm que se fazer.

Se neste momento temos as candidaturas que a Câmara, enquanto entidade responsável pelo abastecimento e tratamento da água, tem feito junto do QREN.

Há este mecanismo mas, a partir de 2013, Portugal estará fora desse Quadro Comunitário de Apoio e, portanto, temos que arranjar outras fontes de financiamento que terão que ser próprias.

Nós hoje vamos discutir as taxas municipais para financiamento de algumas obras públicas, daqui a uns anos teremos que discutir se queremos aumentar as taxas para financiar esse reequipamento ou se queremos aumentar o preço da água para sustentar essas obras.

Neste momento, em relação ao ponto em concreto, congratulo-me pelo facto da Câmara Municipal tomar estas medidas de protecção do sistema aquífero da Mata do Urso, é realmente de louvar, trata-se de um bem inestimável e, portanto, continuamos a preservar algo que é essencial à nossa subsistência mas, de qualquer forma, temos que ter consciência que daqui a um mandato, estaremos a discutir com outras premissas e sob outras condições, até de algum aperto financeiro e, neste momento, parece-me que será mais responsável, por parte da classe política em geral, fazer alguma pedagogias junto da população e prepará-la para uma inevitabilidade que, normalmente, levanta algumas convulsões mas que têm que ser enfrentadas.

Pela minha parte, estou disponível para ajudar na consciencialização da população. As pessoas não o aceitam com facilidade porque a água tem sido, até hoje, um bem naturalmente barato.

Esta é a observação que eu gostava de deixar aqui, não deixando de parte a minha solidariedade para com a questão da Mata do Urso e, naturalmente, para com o Senhor Presidente da Junta e Freguesia do Carriço, que se vê confrontado com alguns desrespeitos absolutos, e com o qual me solidarizo.”

Manuel António, cuja intervenção se segue:

“Não quero deixar passar esta oportunidade para manifestar o meu apreço por esta medida.

Já no mandato anterior o Município tomou a decisão de trazer à Assembleia as Medidas Preventivas e em boa hora o fez porque, já com estas Medidas em vigor, foi permitido ao Município impedir a implantação de uma pecuária intensiva, exactamente sobre este aquífero.

A Freguesia da Guia e do Carriço são as áreas que estão aqui em questão, esta alteração é demais oportuna porque, obviamente, as Medidas Preventivas têm este aspecto positivo de defesa do aquífero, mas têm consequências sobre os interesses legítimos, nomeadamente nos espaços urbanos, que agora ficam mais clarificados, porque eram de tal maneira restritivas que impediam até pequenas edificações.

Em boa hora a Câmara fez esta correcção para que as Medidas se tornem mais justas.

Para além de felicitar o Município queria fazer também um apelo ao Senhor Presidente de Câmara e à Vereação.

Estas Medidas passam a ter forma quase de Lei, mas eu alerto que a actividade extractiva que é aí desenvolvida merece e tem que ter, da parte da Câmara, uma atitude de monitorização atenta, persistente e regular, que a fiscalização das várias actividades económicas que aí são exercidas também assim aconteçam, isto é, que a Câmara lidere e que traga depois, aqui, o resultado dessas visitas, dando-nos conhecimento de quais foram as iniciativas e os seus resultados, mas também gostaria, e certamente vai ser feito, que a Câmara liderasse um processo, junto da ARH de conhecimento mais completo e de quem é que retira água daquele aquífero.

O meu colega Leovigildo fez alusão a alguns interesses privados, que não são só as Águas do Mondego, na Freguesia da Guia foram feitos três furos das Águas do Mondego, em propriedade privada, estão feitos e não foram furos de prospecção, foram furos com capacidade de fornecimento público, um dia destes estão a bater à porta do Município para ir lá buscar água, por isso eu gostaria que, junto da entidade que tutela estes casos, a ARH, visse o que é que a CELBI, a SOPORCEL, as Câmaras da Figueira e de Leiria, e o gás, consomem de água para se saber que quantidade de água é captada, a quantidade que é consumida e qual é a real capacidade deste aquífero, para preservação dos interesses futuros, porque eu creio que há muita água que é captada e utilizada sem dar conhecimento a ninguém.

Todos nós conhecemos furos privados que, certamente, não foram licenciados e que servem para abastecer as casas ou para as regas, era bom que o Município de Pombal, que tem uma área muito grande liderasse junto à ARH e exigisse que este Organismo fizesse o seu trabalho de casa e que não fizesse aquilo que pareceu fazer, que foi mandar as Águas do Mondego fazer o estudo

para saber qual era a capacidade do aquífero, dando-lhes logo licença para fazerem os furos que seriam de prospecção mas que são furos de abastecimento público.

Senhor Presidente de Câmara, que não lhe falte a coragem para defender esta causa, sabendo de antemão que está sozinho neste processo, já que todos se associaram às Águas do Mondego ou às Águas de Portugal.

Rodrigues Marques, que interveio como se segue:

‘Estive a ouvir com muita atenção o Dr. João Coelho e tentei perceber onde é que ele queria chegar, mas não consegui.

Nós estamos a discutir um ponto em que estamos a defender as nossas reservas aquíferas e o Senhor Dr. João Coelho agarrou na palavra do Dr. João Coucelo, na minha opinião erradamente, quando interpretou aquilo que o Dr. João Coucelo não disse, mas ele está aqui connosco e ir-se-á defender com certeza.

Nós estamos a defender as nossas reservas aquíferas. O Partido Socialista perdeu a bandeira do saneamento e vem agora, aqui, dizer que é preciso aumentar a água para fazer investimento no abastecimento público.

Dr. João Coelho, onde é que o Senhor tem andado? Nós temos uma cobertura a rondar os 100% de abastecimento de água, através da Câmara Municipal e há umas pequenas bolsas que são Associações nas Ranhas.

Vir para aqui com demagogia pura e dura sobre o aumento de água, a partir do nada, o Senhor deve ter olhado para a cabeça de um alfinete que deve ter espetado aí na sua mesa e ter dito aquilo que estava na cabeça do alfinete, porque não está na cabeça de mais ninguém senão na sua. Ninguém entendeu a sua intervenção, as coisas não devem ser colocadas dessa maneira e, entretanto, se o Senhor Dr. João Coelho nos dissesse: Vamos agarrar no saneamento e vamos acabá-lo, aí era uma grande bandeira que o PS empunhava, mas perdeu-a e agora agarra-se a cabeças de alfinetes.’

Armindo Carolino, cuja intervenção se transcreve:

‘Esta é uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal e que não admite pontos fora da ordem de trabalhos, no entanto eu penso que devia congratular-me pela maneira como os trabalhos estão a ser conduzidos, só com excepção do Eng.º Rodrigues Marques, mas eu já o conheço há tantos anos que é bom que alguém exista para pôr um pouco de litígio, mas não foi para isto que pedi a palavra.

Pedi a palavra para tratar de um assunto que diz respeito ao Município de Pombal e aos municípios pombalenses e uma parte da minha intervenção foi-me roubada pelo Senhor Presidente da Junta da Guia, na medida em que, eu queria referir-me àquilo que é o atropelo que, muitas vezes, entidades intermédias têm nos nossos Municípios, na medida em que as tutelas nacionais, muitas vezes desconhecem esses atropelos que vêm fazer lesar os direitos dos Municípios.

Eu não estou aqui a defender interesses nem do Partido Socialista nem do Partido Social-Democrata, quando decidi que devia aceitar a candidatura à Assembleia Municipal, foi movido pelos problemas que ainda existem no meu Município, pouco me interessa o que está para trás, o que foi bem feito, bem feito está, e aquilo que foi mal feito não é agora, verberando o que se passou, que vamos resolver, então vamos emendar aquilo que não conseguimos fazer bem no passado e vamos todos, em conjunto, há procura dessas soluções, e evitar, tanto quanto possível, que, na Assembleia Municipal, se discutam pontos menos importantes e que se discuta, isso sim, aquilo que na realidade interessa.

Então o que é que eu queria dizer sobre este ponto?

Em primeiro lugar subscrever aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia já disse no sentido de estarmos atentos;

Em segundo lugar, meus caros, nós temos a fama de ser o País onde existem as melhores Leis, e às vezes até temos o proveito, só que na prática é um problema muito complicado, porque o povo

que não se governa nem se deixa governar, como dizia um general romano há dois mil e muitos anos, nós temos uma cultura de ‘furar’ aquilo que é o normativo.

Já ouvimos que há furos licenciados que estão a ferir o direito do Município de Pombal, no direito de propriedade das águas subterrâneas do aquífero que se quer proteger, será importante, a nível da fiscalização, de todas estas alíneas - depósitos de lixos, depósitos de carros velhos - que são agressões, termos a capacidade de presença.

Congratulo-me que os autarcas mais próximos, como sejam os Senhores Presidentes de Junta que já utilizaram da palavra, que estão lá e têm olhos, porque a melhor fiscalização há-de ser feita pelas populações que podem alertar os seus autarcas, para que as Medidas Preventivas passem do Diário da República para a prática do dia-a-dia e sejam respeitadas.’’

João Coucelo, que usou da palavra para dizer o seguinte:

‘‘Eu estava a ouvir o Dr. Carolino com muita atenção, porque acho que é importante, nestas Assembleias, atermo-nos à coisas importantes da vida do nosso Município e esta é uma situação importante, mas também não podemos esquecer o que sobre esta matéria, nomeadamente, a água, foi campanha do Partido Socialista nos dois últimos anos.

Eu queria dizer o seguinte, como resposta ao João Coelho, que penso ter entendido bem as minhas palavras, e o que vou dizer não é para animar esta Assembleia ou para criar aqui qualquer crispação. É evidente que a utilização deste património, pela Câmara Municipal de Pombal, que eu espero venha a ter capacidade para o fazer, é um investimento ponderado que terá os seus custos, naturalmente, mas que terá também as suas fontes de financiamento.

A ideia do aumento que as pessoas irão pagar se tiver que se fazer o investimento é uma suposição sua e a Câmara terá que fazer as suas contas, naturalmente, a seu tempo.

Lembrar-lhe que as Águas de Portugal cá estiveram, a convite do Partido Socialista, numa sessão, a primeira consequência que haveria do abastecimento de água pelas Águas de Portugal era o aumento do preço, quando os Senhores andavam a contestar os preços da água, em Pombal, portanto há aqui incoerências várias que é preciso perceber.

O argumento das Águas de Portugal é que iria aumentar a qualidade da água, isso é fácil, é um argumento excelente, que eu saiba, apesar do sabor, muitas vezes, não ser nada bom, e isso é uma coisa que a Câmara tem que corrigir, a qualidade orgânica da água, dos seus constituintes, é boa. Esse é um assunto que passou, são batalhas que temos que deixar para trás e temos que andar para a frente.

Esta matéria da água é, efectivamente, como o João disse uma questão importante para o futuro porque é um bem precioso e se nós pudermos usá-lo com custos mais baixos sendo detentores de um património de aquífero importantíssimo para as próximas décadas, com certeza que não estamos sujeitos às leis do mercado tão facilmente como se estivéssemos dependentes de uma grande empresa monopolista abastecedora de água, que tem membros no Conselho de Administração que ganham fortunas para fazer muito pouco.

Nós estamos a garantir, aqui, em Pombal, algo que é extremamente importante para o futuro e eu espero que a Câmara Municipal consiga levar a bom porto esta questão.

Houve aqui uma interpretação do João que eu queria corrigir, apenas neste aspecto.

Nós vamos discutir aqui pontos que, com certeza, também têm a ver com isto, têm a ver com a sustentabilidade financeira de uma Câmara que quer investir, muitas vezes para bens sociais, que terão de ser dependentes dessa sustentabilidade financeira, nomeadamente abastecimento de água.’’

João Coelho, que fez a intervenção abaixo:

‘‘Só um primeiro esclarecimento em relação à intervenção que eu fiz, no seguimento da intervenção do Dr. João Coucelo, só para esclarecer que eu peguei no ponto em que referia que uma consequência da integração da nossa rede de tratamento e de abastecimento de água, numa estrutura como as Águas de Portugal, seria inevitavelmente, o aumento do preço da água.

Eu entendi assim mas se esse raciocínio foi aquele que foi espelhado pelo Dr. João Coucelo, o que eu queria dizer é que isso era inevitável fosse em que sistema fosse, é uma inevitabilidade, temos que lidar com ela, ou mais desfasada ou mais premente, ela está aí e vamos encará-la com responsabilidade.

Quando eu disse que era da responsabilidade da classe política disse-o como um todo, e portanto, obrigava-nos a todos, a uns mais que aos outros porque uns têm 9º poder e outros não o têm, foi nesse sentido que fiz a minha intervenção que penso não estar descontextualizada no seguimento da intervenção do Dr. João Coucelo.

Não foi essa a interpretação do Senhor Eng.º Rodrigues Marques, eu tenho pena, porque nós conhecemos o seu estilo truculento no qual eu não vou obrigatoriamente entrar e que poderá ser bom para introduzir algum humor na nossa Assembleia Municipal, mas o assunto requer responsabilidade e é isso que eu clamo aqui.

Só a título de esclarecimento, em relação à intervenção do Partido Socialista, nos últimos dois anos, essa, primeiro do que tudo, é a intervenção do Partido Socialista. Ainda há espaço para intervenções individuais dentro do Partido Socialista e portanto esta é a minha interpretação, é a minha posição, só me obriga a mim, João Coelho.

Se o Partido Socialista tiver, de alguma forma, outra interpretação que venha, pela voz dos seus Órgãos Concelhios, intervir nos lugares em que tem direito.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que disse que o que interessa são as obras que se vão realizando e que estão em sintonia com o merecimento de todos os munícipes.

Disse que já foram construídas quatro cavernas, que a quinta está em construção e que há uma pretensão para construção de mais cinco cavernas.

Disse que a Rede Energética Nacional, que tinha as quatro cavernas e que pertencia à Transgás passou a ser da responsabilidade da Rede Eléctrica Nacional.

Disse que agora a GALP tem também a possibilidade, através da Rede Energética Nacional de construir lá cavernas e querem que a sua construção faça com que se altere o traçado da nossa Estrada Atlântica que está adjudicada e está devidamente implantada no terreno, querem que os nossos furos – já estão dois construídos e mais dois adjudicados - sejam transferidos para permitir a construção de mais cavernas e querem, inclusivamente, que os furos que lá estão, propriedade da CELBI e da SOPORCEL; continuem a ser utilizados.

Para informação de todos, a CELBI tem um furo com água de óptima qualidade e está a gastar, por hora, 2.520m³ de água, ou seja, 700 litros por segundo, e que a qualidade da água permite uma melhor fabricação de pasta de papel sendo a da CELBI uma das melhores do mundo.

Disse que uma das condições da construção da CELBI e da SOPORCEL foi haver ali reservas hídricas para permitir a continuidade de laboração destas duas fábricas.

Disse que à superfície do Pinhal de Leiria havia lagoas e que todas elas desapareceram porque o nível freático está cada vez mais fundo.

Acrescentou que o que agora deve preocupar é que há dois furos construídos e dois adjudicados, felizmente o enquadramento estratégico está aprovado pelo INAG que permite ao Município continuar a ter autonomia, mas que, se por ser mais económico, as Águas do Mondego forem às Freguesias da Guia e do Carriço fazer furos à revelia de qualquer autorização, para permitir que Leiria, Batalha, Porto de Mós, etc., tenham água oriunda da Mata do Urso porque é mais barata que a água que se vai buscar ao Mondego, é evidente que põe em causa, daqui a dez ou vinte anos, a possibilidade e autonomia do Município de Pombal, em termos de abastecimento de água.

Disse que o Município tem, para este investimento de abastecimento de água em alta, aprovados € 13.000.000,00 do QREN, que já foi à reunião de Câmara e virá à próxima sessão da Assembleia um empréstimo de € 5.000.000,00, e que tem € 2.000.000,00 de receitas próprias.

Terminou dizendo que quando se fala em água cara e em falta de qualidade, isso é pura demagogia e ignorância, porque põe em causa um laboratório certificado que é o da Faculdade de Coimbra e ainda os quadros técnicos que estão no Departamento de Águas e Saneamento.

Colocada a alteração às Medidas Preventivas para a área geográfica abrangida pelo sistema aquífero da Mata do Urso, nas Freguesias de Guia e Carriço, a votação, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 11. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2009.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou as informações que entendeu necessárias, colocando-se à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para mais esclarecimentos.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes Membros:

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

‘Esta é a minha primeira intervenção, jamais aqui tinha estado nesta qualidade, mas gostaria de dizer que muito me honra fazer parte deste Órgão e que me comprometo, desde já, a dignificá-lo quer na elevação do debate quer no respeito por todas as pessoas.

Eu escolhi nesta minha primeira intervenção falar sobre impostos municipais, porque entendo que esta é uma questão fundamental e é, possivelmente, uma das questões mais importantes que são trazidas, aqui, à Assembleia, porque interferem directamente na vida das pessoas, sejam elas pessoas singulares sejam pessoas colectivas.

O IMI, que é o imposto que incide sobre o património, eu gostaria apenas de fazer uma breve resenha histórica da Reforma da Tributação do Património.

Em 2003 foi implementado e publicado um Diploma Legal que veio introduzir reformas substanciais na tributação do património e que cedo deixou perceber que continha uma série de injustiças e desigualdades que urgia serem resolvidas, desde logo, definiu taxas para duas situações diferentes. Uma delas para os imóveis transmitidos antes da entrada em vigor desta Lei que entrou em vigor no dia 21 de Janeiro de 2004 e uma outra para os prédios urbanos transmitidos depois da sua entrada em vigor, ora isto gera desigualdades tremendas, desde logo porque os prédios transmitidos depois de 1 de Janeiro de 2004 passaram a ser penalizados relativamente aos prédios transmitidos anteriormente.

Estes problemas, que esta Lei deixou transparecer, a par de outros problemas, designadamente, com a sobrevalorização que foi sendo feita e que na prática foi vista e foi amplamente discutida sobre valorização de alguns imóveis que levaram, a que alguns contribuintes tivessem que passar a pagar IMI de uma forma completamente desproporcionada e até injusta, outra questão foi a questão dos coeficientes de localização que têm sido também muito discutidos por todos os contribuintes, desde logo porque existem situações em que as fronteiras entre o zonamento levam a que um vizinho tenha uma taxa e o outro uma taxa completamente diferente, o que gere graves desigualdades e as pessoas manifestam-se e reclamam sobre estas situações.

Estes vários problemas que foram identificados foram sendo discutidos pelos vários intervenientes, foram sendo implementadas jurisprudencialmente e até doutrinariamente algumas soluções, a meu ver, nenhuma delas consensual e nenhuma delas justa e equilibrada e a conclusão de todos era quer, de facto, era necessário fazer uma Revisão desta Reforma da Tributação do Património, uma vez que tinha estes problemas todos já identificados.

A par desta situação o País mergulhou numa grave crise económica, aliás o Mundo mergulhou neste mesma crise que é uma crise real que afectou vários sectores da economia com especial relevância para o sector da construção civil e, conseqüentemente, do imobiliário.

Como todos sabemos, o sector da construção civil é um dos principais sectores de actividade do nosso Concelho, temos muitas empresas de construção civil e o nosso Concelho vive, praticamente, da construção civil e do imobiliário.

Esta crise gerou uma grave instabilidade das empresas de construção civil, estagnou este sector, houve muitas empresas que tiveram que encerrar, outras caminharam mesmo para a insolvência e isto levou a que tivessem que ser feitos muitos despedimentos, aumentando assim a taxa de desemprego.

Entretanto as famílias, em face deste desemprego que de repente aconteceu, obrigaram-se a emigrar novamente, como nos anos 60 e 70, para tentarem obter no Estrangeiro aquilo que não conseguiam obter cá, que seriam melhores condições de vida, ora, eu entendo que não é este o nosso objectivo e que o nosso objectivo há-de ser o de fixar a população porque só assim é que se consegue um desenvolvimento no nosso Concelho. Esta há-de ser a missão de todos nós.

Apesar de não ser à Câmara que compete directamente rever a Lei da Tributação do Património, porque não está nas suas competências, nem tão pouco definir os critérios da sua aplicação, mas eu entendo que ela tem na sua mão um instrumento importante para resolver esta injustiça e esta desigualdade que se verifica na tributação do património. Ela pode fixar as taxas a aplicar para o IMI.

Eu entendo que a Câmara deveria aproveitar este instrumento legal que tem nas suas mãos para assim resolver estes problemas e estas questões que geram grande contestação social e que serão agravadas, certamente, em 2011, logo que terminem os primeiros períodos de isenção depois de 2003.

A proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista vinha exactamente no sentido de levar a Câmara a ajudar os contribuintes, resolvendo estas questões que estão identificadas e em que toda a gente fala, mesmo a nível nacional.

Eu entendo também, da leitura que fiz dos documentos que nos foram enviados, que o argumento apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores para manter a taxa máxima para os prédios adquiridos antes de 2004 e fazer uma redução mínima de 0.01% para os prédios transmitidos depois de 1 de Janeiro de 2004, não colhe, desde logo porque o primeiro argumento é de que a Câmara não se pode dar ao luxo de reduzir substancialmente estas taxas porque isso seria irresponsável porque iria pôr em causa a própria sustentabilidade financeira da autarquia.

As contas públicas não se resumem às receitas, têm também as despesas e não se houve falar nas despesas.

O sacrifício que deve ser feito não deve ser feito apenas pelos contribuintes, deve ser feito por todos, e a Câmara tem uma função extremamente importante, porque tem uma função também social, e as autarquias são os entes que mais estão próximos das populações e que mais sentem as suas preocupações e os seus anseios.

Com base nisto, nós entendemos que não devemos aprovar a proposta que passou em reunião de Câmara pelos motivos já aduzidos.''

João Coucelo, que fez a intervenção abaixo:

'Relativamente a esta matéria, eu queria dizer que, na realidade, as minhas expectativas antes de ver a proposta da Câmara Municipal, eram de que, com toda a honestidade, este valor tivesse baixado um pouco mais.

Entendo também que a Câmara tem a sua argumentação e as suas justificações para não ter feito um abaixamento mais significativo.

Eu queria, não é tanto responder à Dr.^a Odete, mas dizer o seguinte:

Efectivamente nós vivemos um momento de dificuldade económica neste País, na Europa, no Mundo inteiro.

À escala global, nós estamos a passar problemas nos mercados financeiros, a nível empresarial e na empregabilidade, naturalmente que estas são matérias que devem preocupar-nos a todos, sejamos autarcas, sejamos governantes.

Quem tem a fatia do leão nesta matéria, não é a Câmara Municipal é o Governo e, portanto, é bom que nós tenhamos, também, a noção de que, neste momento, não devemos exigir apenas às Câmaras e haver, de alguma forma, uma pressão psicológica dos cidadãos que é: “mas a Câmara podia baixar mais.” Também o Governo podia baixar, no entanto diz que não pode, e eu acredito, mas não aceito que, como já veio dizer o Sr. Governador do Banco de Portugal, tenha que os aumentar.

Aqui, está-se a pedir às Câmaras que baixem os impostos e alguém que é o Governador do Banco de Portugal, e de alguma forma, a entidade reguladora de todo o mercado financeiro em Portugal, esteja a sugerir o aumento de impostos.

Acho que, com alguma cautela e ponderação - e eu esperava uma redução para 0,35% porque tinha havido alguma perspectiva nessa matéria – a Câmara não deve não deve aumentar impostos e eu vou votar a favor porque, no fundo não aumentou, baixou muito pouco, mas baixou.

Relativamente ao IMI, a Dr.^a Odete fez uma resenha histórica que eu acho que foi importante, porque não sou um homem que domine essas matérias mas, como pequeno proprietário de casas antigas, quando houve a entrada da nova Lei da Tributação, tive a baixa do meu imposto global, porque as avaliações feitas eram as avaliações que existiam, agora, na transmissão, posso-vos dizer que isso depende dos zonamentos e que não são da responsabilidade da Câmara. Vende-se um determinado bem, pagam-se os impostos que têm que se pagar pelo valor que está na escritura, e a avaliação das Finanças é 5.000 contos superior ao valor real da venda do imóvel. Isto é que é complicado para os cidadãos.

Nós, quando estamos a falar destas questões, estamos a esquecer que há aqui responsabilidades partilhadas, mas há uma entidade que tem a responsabilidade maior, que leva a maior parte dos nossos impostos, o Estado.

O IRS, o IRC, o IVA, todos esses impostos que nos caem em cima todos os dias estão na mesma há muito tempo, as deduções fiscais até diminuíram, portanto se os cidadãos são castigados não é só pela Câmara Municipal que é quem castiga menos.

Há quem diga que as Câmaras Municipais gerem mal os dinheiros públicos, também há muitos empresários que gerem muito mal as suas empresas mas que ficam sempre a ganhar quando elas fecham, e portanto, isto leva-me a dizer uma coisa que tenho que dizer desta forma porque sou cidadão, pago os meus impostos, sei o que é que sai do meu vencimento, como funcionário público, todos os anos: Relativamente ao IMI, vou votá-lo favoravelmente com algum amargo na boca, porque esperava um pouco menos de tributação.

De qualquer das formas, a Câmara tem grandes responsabilidades sociais, está a assumir muitas responsabilidades que, até há pouco tempo, eram do Governo, está até a fazer algo que o Governo não fez na devida altura, a avançar dinheiros vendo-se, muitas vezes, com dificuldades em receber, vejam o que aconteceu com as cheias, com as calamidades e não só, é preciso apoiar as famílias, ter um serviço social eficiente, é preciso remodelar casas para pessoas com deficiência, é preciso apoiar Unidades de Cuidados Continuados, etc. De onde é que vem o dinheiro? Do dinheiro de todos nós, e eu, para isso, concordo.

Com certeza que a Câmara também tem, iniciativas de que todos nós discordamos mais, que achamos que não são prioritárias, é um direito de todos nós como municípios, como cidadãos, como membros desta Assembleia, criticar todo o dinheiro mal gasto, nós estamos aqui para fiscalizar isso, mas, do ponto de vista de enquadramento desta situação do IMI, acho que, de alguma forma, este valor apresentado pela Câmara Municipal, não escandaliza.

Como puderam verificar na projecção financeira, a Câmara não está a arrecadar mais verba com o valor da taxa fixada para o IMI, vai reduzir inclusivamente aquilo que vai receber em 2010.’’

Victor Gomes, cuja intervenção se segue:

‘‘É também a primeira vez que intervenho nesta Assembleia, vou fazê-lo com muito gosto, espero não ser a última e espero também ser breve.

Para além daquilo que a minha colega Dr.^a Odete Alves já referiu e que apoio, quero referir só o seguinte:

A Câmara, como é sabido, não tem dívidas, é uma Câmara que tem uma saúde financeira razoável, pelo menos por aquilo que é dito e pelas contas que são apresentadas.

Era previsível que houvesse uma margem de manobra maior para reduzir este IMI.

Para além daquilo que já foi dito, a redução de 1% é de tal maneira ridícula que mais valia não mexer nisto.

Se a Câmara tem saúde financeira podia, apesar das obras todas que tem feito, e algumas, em meu entender, tais como as obras do Castelo, a pista de aerodelismo do Casalinho, os pavilhões polivalentes, que estão a ganhar musgo por esse Concelho fora, são despesa mal feita, há possibilidade de manobra para reduzir mais este imposto que não é mais reduzido porque se quer viver à larga, à custa dos cidadãos, e não pode ser, tem que se olhar para os cidadãos de uma maneira mais humana e ver que não se pode retirar tudo, senão, qualquer dia, ficamos sem camisa e sem casaco.

Investimento público do bom, sim. O saneamento está todo por fazer, a rede viária está em péssimo estado, enfim, os impostos que nós pagamos servem para isto e é para aí que nos temos que virar, reduzir o IMI 0,1% não significa nada.’’

Sérgio Gomes, cuja intervenção se segue:

‘‘Esta também é a minha primeira intervenção nesta Assembleia e vou tentar contribuir, de forma positiva, para o debate desta proposta apresentada pelo Executivo.

A mim, parece-me que, fazendo uma retrospectiva e olhando para os últimos anos, se nos cingirmos ao ano 2005 que foi o primeiro ano em que a taxa foi aplicada relativamente às novas avaliações e ao novo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, até à data de hoje, houve uma redução de 27%, o que acaba por ser mais de ¼ do valor inicial, o que me parece razoável.

A proposta deste ano, evidentemente que foi 0,1% mas comparada com o ano de 2008 houve uma redução de 2,37%, ora a inflação estimada para 2010 é de 1,5% por isso, digamos que, de alguma forma, se os pombalenses perderem poder de compra não vai ser por causa do aumento da taxa do IMI.

Também não podemos ver a taxa desfasada do peso da receita do IMI, quer nesta Câmara quer em todas as Câmaras a nível Nacional.

A nível da Câmara Municipal de Pombal, no ano de 2008 as receitas ascenderam a € 33.000.000,00, sensivelmente, as correntes a € 26.000.000,00 e as de capital € 7.000.000,00.

A receita do IMI ascende aos € 3.100.000,00 representando 15% da receita corrente e 11,3% da receita total.

É uma receita importante para o Município, deve ser vista com cuidado e responsabilidade, atendendo ao equilíbrio e saúde financeira do Município.

Falou-se aqui das empresas de construção civil que estão, parte delas, na falência, evidentemente que a causa directa dessas falências e dessas dificuldades não é a taxa do IMI, mas a estagnação do mercado imobiliário, devido ao pouco poder de compra, não só dos pombalenses, mas dos portugueses em geral.

O equilíbrio financeiro, e já foi aqui dito e bem, não deve ser efectuado apenas pelo lado da receita, muitas vezes apelando ao esforço dos contribuintes, mas também pelo lado da despesa, através de um controlo rigoroso e com uma aplicação eficiente dos recursos obtidos.

Penso que podemos verificar, e já foi dito pelo colega Victor Gomes, que o Município de Pombal goza de um equilibrada saúde financeira.

Podemos verificar, ao longo dos últimos anos que a Câmara Municipal tem sabido gerir da melhor forma as receitas arrecadadas, caso contrário isso não acontecia, e essas receitas têm sido canalizadas para as mais variadas áreas, em prol do benefício dos munícipes.

Quanto a mim, a proposta apresentada é razoável ao contrário do que defende a oposição ao apresentar uma proposta de redução de taxa irrealista e não praticável, obviamente, se a oposição fosse Executivo nunca iria avançar com as taxas que propõe.

No futuro poderá haver margem para uma redução gradual, o mundo não vai acabar em 2009 nem em 2010 e depois cá estaremos para tratar da revisão das taxas.’’

João Coelho, cuja intervenção se segue:

‘‘Eu não tinha intenção de intervir, mas vejo-me obrigado a fazê-lo porque, para surpresa minha, neste ponto, talvez por falta do colega Adelino Malho, eu tenho que pegar no argumento dele que neste ponto é recorrente.

Há uma promessa do Senhor Presidente da Câmara, que está ainda vigente, pelo menos até prova em contrário, de ajustar a receita advinda dos impostos municipais, para os valores de 2003.

Em 2003 o valor arrecadado pelos Impostos Municipais foi € 4.400.000,00 e para 2009 a projecção é de € 7.300.000,00, com esta velocidade de adequação aos valores de 2003 podemos esperar até 2013 ou 2023 para chegar àquele valor.

A promessa do Sr. Presidente da Câmara, neste mandato não estará cumprida a não ser que nós tenhamos aqui um volte face muito grande, volte face esse que eu estava à espera que começasse já este ano.

Nós estamos num período de recessão económica, diz-se, e bem, que é um período de oportunidade para algumas entidades e naturalmente para a Câmara Municipal de Pombal, que é uma entidade com saúde financeira, seria agora que devia aproveitar. Aproveitar primeiro em termos sociais, para não onerar os pombalenses na mesma proporção que outros o fazem, e também oportunidade de se afirmar em termos territoriais e em termos regionais, mas essa oportunidade parece não ser uma prioridade por parte do Senhor Presidente da Câmara.

Quero só fazer um reparo ao meu colega Victor Gomes porque não se trata da descida de uma décima percentual mas sim de uma centésima percentual.

Vou reportar-me à minha intervenção de há quatro anos, em que referi que podíamos chegar à descida de uma décima percentual na taxa do IMI. Fiz as minhas contas, na altura, e estávamos a falar de um montante na ordem dos € 450.000,00, vindo-se a confirmar que era desse valor que se tratava, tendo em conta a receita realmente arrecadada no ano seguinte, e que era mais ou menos, em termos físicos, o preço das estátuas e intervenções nas rotundas que nós temos no Centro e nos arredores de Pombal.

Se a Câmara, que tem saúde financeira, não tem a possibilidade ou não tem o interesse de abdicar desse tipo de receita para favorecer os munícipes, é uma opção que lhe é permitida, mas é uma opção com a qual nós não concordamos e, portanto, temos que votar contra.

Joaquim Branco, que fez a seguinte intervenção:

‘‘Gostaria de iniciar a minha intervenção, restringindo-a ao IMI, e corrigir a Dr.^a Odete Alves quando disse que o IMI veio criar injustiças.

O IMI não foi um Código feito de uma forma rápida.

O PSD, de uma forma muito responsável, entendeu que o património estava sobre tributado em Portugal. O imposto sucessório onerava os herdeiros legitimados, os ascendentes e os descendentes, e decidiu-se criar este imposto que, extinguiu esse tipo de imposto sobre o património.

No ano 2000 inicia-se alguma crise na construção civil e foi nesse sentido que também é descida a taxa do IMT, a chamada SISA que o Eng.^o Guterres chamou o imposto mais estúpido do Mundo, e foi o PSD que teve a coragem de o reformar.

Desde 1976 até hoje, o PS não fez nenhuma reforma do Património. São conhecidas algumas intervenções na subida do imposto sucessório e no imposto sobre o rendimento.

O IMI, diz a Comissão que o redigiu e o apresentou à Assembleia da República, devia ser revisto e acompanhado de acordo com a realidade prática do País e o PS que está no poder desde 2005 não fez qualquer revisão significativa ao conteúdo e ao texto.

Não mexeu no IMI, não mexeu no imposto de selo, não mexeu no imposto das mais-valias sobre o património, não criou qualquer realidade jurídica que permita aos senhorios actualizar as rendas a nível nacional, aliás, criou uma Lei complexa, tão burocrática, que os senhorios vêem-se incapazes de fazer a revisão de uma renda.

Face a isto e à incapacidade e mediocridade do próprio Partido Socialista em mexer no património, não tem moral para passar lições de sapiência ao PSD.

Fomos nós que, em 1989, tivemos a coragem de fazer uma revisão ao Código de Contribuição Autárquica e esse Código referia que todas as pessoas que tivessem a chamada Décima, que vinha do Código de 1963, até 500\$00, estavam isentas de qualquer pagamento e foi feita uma revisão no sentido de actualizar algum património mais valioso para ser tributado.

Como membro do PSD adiro à posição da Câmara de, com uma atitude muito responsável face à situação económica do País, descer ligeiramente os impostos indo ao encontro, obviamente, de uma expectativa, no sentido de serem feitas as avaliações num espaço muito curto de tempo, avaliações que o Governo diz que custam três unidades de conta cada uma e que oneram e muito o Estado, pelo que penso que vai prorrogar as avaliações e restringir o Município.

Gostaria também de lembrar que o P.S. não teve coragem de mexer no estatuto de benefícios fiscais e o PSD, de uma forma muito responsável, no seu artigo 48.º previu as situações dos reformados do mundo rural, das pessoas que tinham pensões muito baixas, que não tinham rendimento anual equivalente a duas vezes o salário mínimo, podendo ficar isentos de IMI.

As obras feitas pelo Município nas Associações, como por exemplo os polidesportivos, são feitas para ir de encontro aos anseios das populações que não têm dinheiro e que querem conviver.

Dizem que o Município faz despesas de luxúria, mas luxúria são os gastos do Governo, por vezes em atribuições de rendimentos mínimos a um bando de malandros que existem neste País.”

Fernando Carolino, cuja intervenção se segue:

“Quería recentrar a questão que estamos a discutir, colocando duas situações:

Primeira: Saber se, eventualmente, na questão do zonamento que é feito pelas Finanças, a Câmara tem, ou não, um acompanhamento, no sentido do estabelecimento desses zonamentos.

Se não o tem, devemos, em conjunto, lutar todos para ter essa possibilidade, se o tem, saber o que foi feito para melhorar esses zonamentos estabelecidos pelas Finanças.

Em segundo lugar coloco-lhe a seguinte questão:

Sr. Presidente da Câmara, um colega, o Dr. João Coucelo, diz que vota favoravelmente com um amargo na boca, estando ele na expectativa que haveria um abaixamento mais significativo na taxa do IMI.

Também eu estava à espera que este abaixamento fosse mais lato o suficiente para que para todos nós, pombalenses abrangidos por este imposto que teve a maternidade ou a paternidade no PSD, pudesse ser menos exclusivo.”

Nesta altura o membro da Assembleia **João Coucelo** requereu à Mesa a passagem imediata à votação.

Odete Alves, pediu a palavra para usar do direito de resposta, como se segue:

“Vou ser breve e vou-me dirigir ao meu estimado colega Dr. Joaquim Branco para lhe lembrar, em 1.º lugar, que não estamos na Assembleia da República, estamos na Assembleia Municipal.

Gostava também de lhe dizer que das minhas palavras não podia, de forma nenhuma, decorrer que eu estivesse contra a Reforma da Tributação do Património, pelo contra rio, eu entendo que a Reforma tinha que ser feita, foi mas foi mal feita, o que na prática se veio a revelar.

Gostava ainda de lhe dizer que, o que está em causa nesta Assembleia não é a Reforma da Tributação do Património, é a fixação da taxa a aplicar.

Queria só concluir dizendo que eu não tenho a veleidade de vir aqui dar lições de moral a ninguém, não é esse o meu objectivo nesta Assembleia, não posso é permitir que sejam feitas críticas às nossas intervenções, só pelo facto de, a nível nacional, o Partido Socialista adoptar determinadas medidas que podem até ser entendidas como não sendo positivas.

Para terminar, queria dizer que eu não vou falar aqui do IMT mas digo que o IMT sofre exactamente dos mesmos males que o IMI.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:

“Permitam-se que eu esclareça esta problemática do IMI e vos diga o que se vislumbra, lamentavelmente, para todos nós.

As receitas do Estado, resultado dos nossos impostos, vão ser reduzidas nos próximos anos, em termos de transferências para as Autarquias Locais.

Nós vamos ter um Congresso da Associação Nacional de Municípios e essa é uma preocupação que vai ser evidenciada, assim como a Lei das Finanças Locais que foi aprovada à revelia da ANMP e, por esse motivo é que nós temos vindo, desde 2003, a aferir determinados parâmetros.

Propusemos a rectificação do zonamento, para permitir que nada fosse avaliado por um valor superior a 80% do valor real da transacção e foi publicada a Portaria 1119 de 30 de Setembro de 2009, em que o Ministro das Finanças não rectificou os nossos índices de zonamento que vão de 0,4 a 1,6, mas rectificou outros como os da Câmara de Lisboa.

Nós não queremos que a nossa Câmara deixe de ter saúde financeira, para bem do futuro e desenvolvimento deste Concelho e da qualidade de vida das populações deste Concelho.

Também sabemos que a transferência dos duodécimos de Outubro, para as Autarquias, foi protelada para Novembro, porque o Estado não cumpriu com as suas obrigações.

A realidade que nos espera é motivo de preocupação.

O esforço que foi pedido aos Municípios em termos financeiros, e para lhe avivar a memória, Dr. João Coelho, foi o Governo que o decretou no Orçamento de Estado de 2008 contra o parecer da ANMP.

Ampliou as isenções do IMI, que são receitas directas das Autarquias, de seis para oito anos;

Ampliou a isenção do IMI para prédios com valor superior a € 250.000,00 de três para seis anos;

Isentou a transmissão de pais para filhos, com que eu concordo;

Instituiu os coeficientes de ajustamento, premiando as casas maiores; e,

Ampliou o período de integração dos imóveis avaliados pela contribuição autárquica, de 2011 para 2013.

Em 2008, tínhamos de IMT € 2.430.000,00 e em 2009 temos € 1.500.000,00.

Passaram seis anos de 2003, nós recebemos nesse ano € 4.419.000,00 e temos uma perspectiva de € 7.339.000,00 mas nunca, de acordo com o que temos em perspectiva, deixaremos esta Câmara em situação ingovernável.

Nós estamos a reduzir uma centésima no IMI, vamos ver se para o ano podemos reduzir mais, porque em 2005 reduzimos 0,5%, em 2006 passámos a 0,45%, em 2007 passámos para os 0,425 e em 2008 para 0,375, porque somos pessoas previdentes.

Meus caros amigos, enquanto estivermos aqui não faremos uma política que torne esta Câmara ingovernável porque temos consciência que uma gestão por objectivos exige rigor, existe conhecimento, exige competência.

É preciso que se faça uma gestão por objectivos alicerçada nos dados contabilísticos reais que o Departamento Administrativo e Financeiro nos dá. Quem vier a seguir a mim não encontra a porta fechada podendo continuar a proporcionar aos municípios infraestruturas sociais, desportivas, culturais, rede viária, etc.”

João Coelho, que pediu a palavra para usar o direito de resposta:

“Só quero frisar que da parte da Bancada do Partido Socialista, não será admissível para o futuro, e hoje é o primeiro dia, já foram feitas as considerações sobre o IMI e todo o formalismo

que é dado a esta primeira Assembleia em que nós nos cumprimentamos mutuamente e espero que esse seja um espírito para vingar nos próximos tempos, também da parte do Senhor Presidente da Câmara e portanto há termos desnecessários e se está do lado da razão não a pode perder.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria com nove votos contra da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 12. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2010.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou as informações que entendeu necessárias, colocando-se à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para mais esclarecimentos.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão tendo-se inscrito os seguintes Membros:

Odete Alves, que usou da palavra como se segue:

“Vou falar sobre a Derrama, que é um imposto que incide essencialmente sobre o rendimento das pessoas colectivas, para dizer que a proposta apresentada e aprovada em reunião de Câmara, vem no sentido da aplicação da taxa máxima que já vinha sendo aplicada, alegando que essa necessidade tinha a ver essencialmente com a responsabilidade social que incide também sobre as empresas.

Mais uma vez entendo que há aqui uma tentativa de transferir para as empresas uma responsabilidade, a este nível, que é sobretudo do Município.

Por outro lado queria dizer que o Partido Socialista propôs, em reunião de Câmara, uma redução, ainda que mínima da Derrama, mas que seria entendida, certamente pelas Empresas, como um sinal positivo de que se pretendia fixá-las e premiá-las pelo seu desempenho e pelo que têm feito pelo desenvolvimento do Concelho.

Esta proposta implicava uma redução das receitas muito pouco significativa, cerca de € 200.000,00, o que para a Câmara poderia não representar um valor significativo mas que, para as Empresas, seria um sinal positivo.

É por isto que o Partido Socialista entende que não deve aprovar a proposta apresentada pela Câmara, e não é só o PS que o entende, se pegarmos no Jornal local que saiu hoje, designadamente, O Correio de Pombal, vemos que há aqui opiniões de vários empresários reconhecidos e alguns até insuspeitos, que têm o mesmo entendimento e que vêm dizer isso mesmo, que não obstante ser uma redução mínima, seria entendido como um sinal positivo para premiar o seu bom desempenho.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se transcreve:

“Senhor Presidente, nós vamos votar a favor desta medida porque a questão que se põe, é uma questão cultural.

É facto que, enquanto cidadãos, custa-nos muito pagar impostos.

Um empresário ao acordar, todos os dias de manhã, tem o objectivo de tentar fazer com a sua organização tenha o maior lucro possível dentro das regras que, obviamente, o Estado define.

A Dra. Odete falou em empresários que estão contra. Não são empresários culturalmente inseridos no Mundo Empresarial, são coisas diferentes.

Estamos a falar de pessoas que têm uma cultura empresarial e eu tenho muita pena de não pagar mais impostos, porque também sou um dos que paga derrama, que vem inserido no pacote que tenho que pagar para o Estado e pelo aqui sei que a derrama vai ser aplicada no nosso Concelho.

Fico satisfeito por os Vereadores e a Bancada do Partido Socialista, nesta Assembleia, não tenham votado contra a aplicação da derrama, porque ai teria sido mais fácil, uma vez que o Engenheiro Guilherme Santos, quando foi Presidente de Câmara, aplicou uma Derrama quando este imposto tinha que ser afecto a uma determinada obra, tendo sido construído o edificio da GNR da Guia.

Fica o registo para memória futura.’’

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

‘‘Eu não vou tecer grandes considerações sobre a Derrama, porque num Mundo ideal, num País ideal, num sítio ideal, nós gostaríamos era de dizer: impostos, quanto menos, melhor.

Queria chamar a atenção que esta Câmara lançou este imposto há relativamente pouco tempo, que viveu onze anos, com este Presidente de Câmara, sem lançamento da Derrama, quando já muitos Concelhos a tinham.

Mesmo depois do lançamento da primeira Derrama, que eu saiba já numa fase em que se anunciavam ventos de alguma instabilidade no tecido financeiro e empresarial Mundial, as coisas não deram um abalo significativo. Houve contestação, naturalmente, é mais um imposto.

Eu concordo que nós, relativamente a este imposto municipal, uma vez que não se pode indexar, e eu gostaria de o ver indexado, porque de alguma forma havia um comprometimento de que o imposto serviria para aquela obra.

Vamos acreditar nas boas intenções da Câmara Municipal, e eu confio, mas preferia que esta Derrama tivesse o histórico que já teve.

Queria fazer aqui um reparo relativamente às posições assumidas, hoje, publicamente, por um determinado jornal, que deu honras de uma primeira página inteira, em título, sobre esta matéria, com uma afirmação, e desconheço de quem é a autoria nem me interessa porque todas as pessoas têm direito à sua opinião, mas quem faz uma afirmação daquelas, se for empresário, eu deveria dizer que, neste País, há empresários que não merecem esse título porque, infelizmente, não têm idoneidade para o merecer.

Há pessoas que têm as suas empresas, que as gerem à sua maneira e se calhar são muito maus gestores, e por isso é que algumas fecham, não é só pela crise.

De qualquer das formas, nesta jigajoga que eu penso que serão coisas abusivas, se generalizarmos para os políticos ou para os empresários, porque nós precisamos de toda a gente empenhada em pôr este País de pé, gostava de dizer o seguinte:

Eu concordo com o Eng.º Marques, não sou empresário, sou um cidadão e tenho a minha visão sobre o Mundo que me rodeia. Se alguns empresários que atingiram o máximo expoente não fossem o que são, nós não teríamos tido todo esse novelo constante de ganância lucrativa e não teríamos, se calhar, este Mundo no estado em que está neste momento.

Eu prezo muito os empresários que têm aquilo que define os verdadeiros empresários e que, neste País, ainda não é cultura empresarial como o Eng.º Rodrigues Marques disse, e muito bem, e que é a responsabilidade social dos empresários, a cultura societária dos empresários, somos o País do Mundo onde, infelizmente, foi preciso morrer o Champalimaud para termos uma Fundação que apoiasse o que quer que fosse.

Somos o País do Mundo onde o tecido empresarial, tirando a Banca, algumas empresas de Seguros e pouco mais, pouco investimento se faz pelas pessoas. O investimento na Saúde é uma nulidade, os Estados Unidos, a Inglaterra, têm alas de hospitais construídos por empresas, têm investimento para modernização de equipamentos, cá, porque é do Estado, é do Estado já pago com os meus impostos, portanto, essa postura societária está a nascer com empresas já de algum nível, a nível local não existe.

Este contexto é o contexto do coitadinho dos Senhores Empresários. Os Senhores Empresários queixam-se, actualmente, não é das Derramas, é do Estado, é do Governo, vão ver os jornais.

Estamos a discutir a Derrama e eu estou de acordo com esta Derrama, mas respeito a posição dos meus colegas do PS que acham que há motivos para ser mais baixa ou até para não existir, como

aconteceu durante muitos anos em Pombal, mas não é ela que afasta as empresas daqui, como não é o IMI que afasta os construtores de construírem ou as pessoas de comprarem, isso é pura falácia.

Do meu ponto de vista gostava de vos dizer o seguinte: Fiquei escandalizado com o que li naquela primeira página de jornal, escandalizado pelo protagonismo que foi dado, escandalizado pela forma como as coisas acontecem, de qualquer forma os empresários que lá estão são pessoas que eu respeito, mas não acredito que aquilo que disseram e que eu li, corresponda verdadeiramente àquilo que eles sentem, há também pedra no sapato.

Política é política e realidade é realidade, e a realidade que estamos a discutir aqui é: concordo ou não concordo.

O objectivo foi amplamente divulgado e discutido aqui e em reunião de Câmara, quem está de acordo está, quem não está de acordo, paciência.

Eu estou de acordo.”

Armindo Carolino, cuja intervenção se segue:

“Apenas e só dizer três coisas:

Primeira: A cultura empresarial espelhada na notícia que está aqui a ser, digamos, debatida, esmiuçada, tem empresários que vão desde o empresário da Sociedade de Construções Júlio Lopes que se chama Eng.º Eduardo Lopes, que foi ouvido; tem o Senhor José Manuel Bogalhão Carrilho, que foi ouvido; tem o Senhor Tomé Lopes do Intermarché, que foi ouvido; tem um antigo membro desta Assembleia, Dr. Manuel Domingues, que foi ouvido; e, tem, se calhar, por aí é que as coisas correm de outro lado, um homem que foi um grande empresário e que hoje está afastado das empresas que se chama Eliseu Ferreira Dias.

Se houvesse alguma pedra no sapato, talvez por esse lado se pudesse encontrar uma pedrinha pequenina.

Segunda: A Derrama do Posto da GNR da Guia foi daquelas coisas engraçadas que sucedem numa Assembleia Municipal, porque ninguém sabia o que era a Derrama.

Quando a proposta da Derrama apareceu ninguém sabia o que era a Derrama a começar por quem tinha o dever de saber e quando fizermos as contas ao valor da Derrama cobrada e arrecadada, nem para os alicerces do posto da GNR da Guia ela chegava, portanto, se fosse só a Derrama o Posto da GNR da Guia nunca teria sido construído.

Terceira: Sr. Dr. João Coucelo, o Senhor Governador do Banco de Portugal é a favor dos impostos, do aumento dos impostos, mas o Senhor Ministro das Finanças é contra o aumento dos impostos.”

Sérgio Gomes, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Só queria tecer um breve comentário relativamente à problemática da taxa da derrama.

Vou-me situar a nível do Distrito de Leiria porque fará sentido extrapolar para Concelhos mais distantes.

A nível do Distrito de Leiria, há duas realidades, os Concelhos do interior do Distrito não lançam Derrama, obviamente, para atrair indústria para os seus Concelhos, estamos a falar de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, os Concelhos onde a indústria está fortemente implementada, obviamente que não abdicam daquela receita, Leiria, Marinha Grande, Pombal, Caldas da Rainha, Batalha e Alcobaça.

É evidente que o Município de Pombal não é diferente, digamos, na perspectiva de pensar no tal equilíbrio das receitas face às despesas e da boa saúde financeira do Município.

Há uma regra de excepção e salvaguarda que foi utilizada pelo Executivo e que foi o interesse das micro e empresas familiares, com volumes de facturação inferiores a € 150.000,00 que não ficam sujeitas a qualquer tributação, a nível do nosso Concelho.

De uma forma geral, a taxa de tributação de pessoas colectivas é de 25% e passa a 26,5% aquando de uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável.

Não é o lançamento de uma taxa de Derrama de 1,5% que afastará ou fará fechar empresas quer em Pombal, quer a nível Nacional. São outros os problemas, nomeadamente atrasos nos recebimentos, por parte da Administração Central e dos Organismos do Estado, as taxas de IVA e a dificuldade de acesso ao crédito, neste momento em que a Banca fechou para financiamento ao tecido empresarial.

Se estivermos a falar de um lucro tributável de € 100.000,00, a empresa, numa taxa máxima de Derrama, tem que despende € 1.500,00. Não são todas as empresas que têm € 100.000,00 de lucro tributável, obviamente que € 1.500,00 é um valor facilmente liquidado e pago.

Os € 1.500,00 correspondem, digamos, ao antigo PEC – Pagamento Especial por Conta, a que as empresas estão obrigadas e de que o Governo também não abdicou, reduziu-o para € 1.000,00, mas não abdicou.

Temos que ver a Derrama juntamente com o IMI e com a participação variável do IRS, como um peso significativo ao nível de receitas do Município. Os três impostos representam € 6.100.000,00, ou seja 25% do total da receita corrente, obviamente que o Município não pode abdicar a taxa de Derrama nem do valor arrecadado e penso que a proposta é razoável e deve ser aprovada.’’

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria com nove votos contra da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 13. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2010.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou a proposta de rectificação colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão não se verificando qualquer inscrição.

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 14. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Reestruturação do Sector Empresarial Local.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou a proposta de rectificação colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito e seguinte membro:

Armando Carolino, cuja intervenção se segue:

‘‘A minha intervenção tem a ver com assuntos que dizem respeito ao Município e que me parecem muito sérios.

A reestruturação do sector empresarial local tem, da minha parte, uma palavra de louvor, o apoio a que os dinheiros do Município sejam acautelados, tal como acautelamos aquilo que é nosso e, se na realidade, o próprio poder constituído, autárquico, chegou à conclusão de que o caminho que se estava a trilhar não era o melhor para o Município, entendeu, e na minha opinião, muito bem, dizer aos Serviços especializados desta Câmara, que estudasse uma maneira de sair do caminho menos aconselhável para um novo caminho.

Efectivamente, eu encontro na proposta mais-valias que são de realçar. Encontro na proposta a preocupação de alargar o leque do objecto da nova sociedade a determinados trabalhos, responsabilidades, funções, competências, mas atenção, tenho três ou quatro perguntas que queria fazer rapidamente, porque mais escasso que a água é o tempo que temos à nossa disposição.

Por isso eu diria que ir buscar àquilo que é o valor dos capitais próprios fixados no balanço da empresa em 31.12.2008, que são € 75.000,00 e avaliar 20% - € 15.000,00, eu pergunto se, a partir desta proposta, nós teríamos a capacidade de análise suficientemente séria para poder formular um voto favorável à proposta que aqui está.

Os Serviços do Município disseram, pela boca do Senhor Vereador responsável por aquilo que juridicamente é a fusão das duas empresas, que levaram vários meses a estudar e a procurar a melhor saída, depois de pedir ao Senhor Presidente da Câmara que diga se estes € 75.000,00 de capitais próprios que estão no balanço de 31 de Dezembro de 2008, são efectivamente, valores próprios ou virtuais.

Depois, se a Câmara ao adquirir a quota, para ficar 100% detentora do capital da nova empresa, há efectivamente uma transferência cash de € 15.000,00 para a ADILPOM, ou se também, aqui, há apenas e só, uma operação, digamos, virtual, de contabilidade, na medida em que a ADILPOM é um sucedâneo em termos de determinados negócios que verdadeiramente trazem vantagem para a Câmara, porque a Câmara, sujeita à Lei das Finanças Locais, não poderia trilhar caminhos que a ADILPOM, legitimamente, tem trilhado nas dezenas de anos que já leva de existência e para o que foi constituída.

Por outro lado gostaria, também, que o Senhor Presidente da Câmara nos falasse nos activos que vão ser valorizados e que são a justificação para o aumento de capital social, para os € 325.000,00, sabendo nós que o capital mínimo são os € 100.000,00 e mais € 5.000,00 por cada viatura adquirida.

Já que falo nas viaturas, eu gostaria de ajudar, dizendo que o transporte de mercadorias por conta de terceiros, bem como o transporte de passageiros, implicam que o IMTT tenha uma licença própria e acarreta para todos nós como órgãos autárquicos eleitos, nomeadamente, para o Executivo, graves responsabilidades no caso de um acidente, no caso de um desvio, no caso da perda de carga, no caso de talhar caminhos de transporte que não estejam absolutamente enquadrados nas normas legais, a PMUGEST, poderá, eventualmente, ter alguns prejuízos, mas o grupo de trabalho está, com certeza, bem ciente de todas estas coisas.

Terminando diria que louvamos este esforço mas não temos dados suficientes que nos permitam votar favoravelmente, devido à falta de documentos que não nos foram disponibilizados e, por esse motivo, o voto da Bancada irá no sentido da abstenção.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:

“Dr. Armindo Carolino, esta proposta foi apresentada por uma empresa de auditoria e contabilidade externa à Câmara, complementada por um Gabinete Jurídico e, a nível da Câmara, pelo Director do Departamento Administrativo, Dr. Agostinho Lopes.

A PMU tem aqui no Relatório da Auditoria do 1.º Semestre do ano 2009, em imobilizados brutos € 1.289.767,00, tem um capital social de € 75.000,00, mas tem um património, em equipamento, superior a € 1.000.000,00.

A PMUGEST vai absorver o capital da ADILPOM e esta Associação vai receber os € 15.000,00.

Tudo isto foi alicerçado na legislação em vigor com a competência das individualidades referidas, acompanhado, como é evidente, pelo Executivo Municipal. Já houve várias reuniões e esta reestruturação é para entrar em vigor nos primeiros dias de Janeiro.

Vamos criar o organigrama, vamos ter um administrador executivo, uma direcção comercial, uma direcção administrativa, e vamos ter uma auditoria.

Por vezes, por desconhecimento, fala-se que a Pombalprof devia abrir concursos, mas não tem que o fazer, porque se gere por uma empresa privada.

As empresas dão azo a vencimentos muito altos mas nas nossas nenhum director executivo ganha mais do que um Chefe de Divisão e esse pessoal que está na empresa vai sujeitar-se ao parâmetro dos vencimentos que a Câmara tem.

Tencionamos criar um parque de máquinas novo e transferir a imagem péssima junto à Nacional n.º 1, para a Zona Industrial da Formiga, e já estamos à espera de desafectar o terreno da Reserva Ecológica há oito anos, para permitir que todo o equipamento seja superintendido, em termos de manutenção, por um Engenheiro, que pode ser da Câmara, e para otimizar os recursos humanos e os equipamentos.’’

Armando Carolino, que pediu a palavra para dizer o seguinte:

‘‘Em primeiro lugar agradecer ao Senhor Presidente da Câmara as explicações que a minha intervenção proporcionou a toda a Assembleia.

Em segundo lugar dizer-lhe: Da Pombalprof falaremos noutros pontos e noutros locais.’’

Colocada a Reestruturação do Sector Empresarial Local a votação, foi a mesma aprovada por maioria com nove abstenções da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 15. Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Rectificação ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou a proposta de rectificação colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão não se verificando qualquer inscrição.

Colocada a proposta da Câmara sobre Rectificação ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009 a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão eram vinte e uma horas, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: